



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

ADRIANA FERREIRA COSTA SOUZA

A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS PRIMEIROS ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO

JOÃO PESSOA - PB
2021

ADRIANA FERREIRA COSTA SOUZA

A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS PRIMEIROS ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva

JOÃO PESSOA - PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729e Souza, Adriana Ferreira Costa.

A educação das crianças nos primeiros anos de escolarização / Adriana Ferreira Costa Souza. - João Pessoa, 2021.

44f.

Orientação: José Amiraldo Alves da Silva. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - modalidade a distância) - UFPB/CE.

1. Educação infantil. 2. Escolarização. 3. Educação infantil - cuidar. I. Silva, José Amiraldo Alves da.
II. Título.

UFPB/C

CDU 373.2(043.2)

A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS PRIMEIROS ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 02/12 /2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof^a. Dr^a. Giuliana Cavalcanti Vasconcelos (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Dr^a. Veridiana Xavier Dantas (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

A Deus pelo dom da vida e da sabedoria, por ter passado pela Covid e estar com saúde, pela oportunidade de cursar Pedagogia a Distância, a todos os envolvidos neste belo projeto que é a EaD, dedico.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus autor da vida e do conhecimento por essa oportunidade de realizar mais uma conquista que era um sonho, cursar Pedagogia em uma instituição séria, de forma gratuita e com excelentes profissionais.

Agradeço a minha família pelo incentivo e em especial aos meus pais pelo carinho e motivação, ao meu esposo Carlos Leandro pela paciência em muitos momentos em que estive ausente para estudar.

Aos meus amigos que sempre estão na torcida pelo meu sucesso.

Ao meu orientador, Professor Dr. José Amiraldo Alves da Silva, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pela dedicação, competência e paciência com que sempre me orientava e apoiava para a realização deste trabalho, sua parceria foi fundamental para que todo sucesso acontecesse.

A todos os professores do curso de Pedagogia a Distância e tutores que têm se dedicado e acreditado que a Educação a Distância realmente faz a diferença na vida das pessoas.

A todos minha gratidão.

“Educar é um ato de persistir com delicadeza”

(Prof. Dr. Geraldo Peçanha de Almeida)

RESUMO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, sendo muito importante para o desenvolvimento do ser humano, assim como para as demais etapas na trajetória escolar dos educandos. É neste período que a criança entra em contato com outras culturas e vivencia novas experiências. Por isso, o estudo buscou conhecer os principais desafios enfrentados no desenvolvimento da criança, destacando as diferentes concepções de criança e infância construídas ao longo do processo histórico, assim como a garantia do direito a educação das crianças presente na legislação brasileira, além de compreender o cuidar e o educar como processos que devem ser vivenciados de forma indissociável nos espaços destinados à educação dessas crianças. O interesse pela temática surgiu a partir de observações realizadas durante o Estágio Supervisionado em Educação Infantil numa creche municipal. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório realizada numa perspectiva qualitativa, fundamentada nos documentos oficiais relacionados à educação, e nas contribuições de teóricos que estudam o assunto. Os resultados da análise das informações demonstraram as mudanças históricas ocorridas em relação ao conceito de criança e infância, que a Educação Infantil não era reconhecida e institucionalizada como se encontra atualmente, e também que os termos cuidar e educar fortemente discutidos hoje em dia, nem sempre foram compreendidos como processos indissociáveis na educação das crianças.

Palavras-chave: Educação. Infância. Cuidar. Educar.

ABSTRACT

Early Childhood Education is the first stage of Basic Education, being very important for the development of the human being, as well as for the other stages in the students' school trajectory. It is during this period that the child comes into contact with other cultures and experiences new experiences. Therefore, the study sought to understand the main challenges faced in child development, highlighting the different conceptions of child and childhood built throughout the historical process, as well as the guarantee of the right to education of children present in Brazilian legislation, in addition to understanding the caring and educating as processes that must be experienced inseparably in spaces destined to the education of these children. The interest in the theme arose from observations made during the Supervised Internship in Early Childhood Education in a municipal day care center. This is an exploratory bibliographical research carried out in a qualitative perspective, based on official documents related to education, and on the contributions of theorists who study the subject. The results of the analysis of the information demonstrated the historical changes that occurred in relation to the concept of child and childhood, that Early Childhood Education was not recognized and institutionalized as it is currently, and also that the terms care and educate strongly discussed today, not always were understood as inseparable processes in the education of children.

Keywords: Education. Childhood. To care. To educate.

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DNC	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESMEI	Estágio Supervisionado em Magistério na Educação Infantil
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEP	Organização Mundial da Educação Pré-escolar
PNE	Plano Nacional da Educação
PNQI	Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil
RECNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	COMPREENDENDO AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE CRIANÇA E INFÂNCIA.....	15
3	A GARANTIA DO DIREITO A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS.....	20
4	A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O CUIDAR E EDUCAR NOS ESPAÇOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS.....	34
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES.....	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é muito importante para o desenvolvimento humano, uma vez que sendo a primeira etapa da Educação Básica, certamente servirá de base para as outras etapas na trajetória escolar dos educandos. Nesta fase, a criança tem suas primeiras experiências fora do aconchego da família, o que significa dizer o momento inicial de contato com o ambiente escolar auxiliando no desenvolvimento das características de cada um, seja em relação aos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional, seja na construção das primeiras amizades, em que a criança consegue observar suas diferenças e as diferenças individuais de cada um dos colegas.

A educação nesta fase deve garantir a criança o direito de aprender, além do direito de conviver com outras crianças, participar de brincadeiras, explorar novas ideias e expressar-se, ou seja, dizer o que pensa e ser ouvida, como também o direito de se conhecer, de sentir-se importante e vivenciar novas situações de aprendizagem nas instituições de ensino.

Diante disso, a ideia da pesquisa emergiu a partir de visitas realizadas em uma creche do município de Pitimbu, localizado no Estado da Paraíba, para realização de tarefas relacionadas ao Estágio Supervisionado em Magistério na Educação Infantil I (ESMEI). A partir deste primeiro contato com o ambiente escolar, surgiram indagações sobre a importância das creches para a educação das crianças, tais como: Quais são os desafios de cuidar e educar crianças? As crianças apenas estudam nestes ambientes ou também são cuidadas? Como a educação das crianças está organizada legalmente? Durante as atividades realizadas também foi possível observar que a creche é um ambiente escolar diferente dos outros em que estávamos acostumados a frequentar, tanto pela faixa etária das crianças quanto pela dinâmica diária.

Observamos ainda que a creche municipal em que foi realizado o estágio não possui berçário e que atende crianças de 2 a 5 anos de idade, o que significa dizer que neste mesmo espaço acontecem atividades que fazem referência tanto a creche no atendimento das crianças de 2 a 3 anos, como a Pré-escola que atende crianças de 4 e 5 anos, apresentando uma rotina de atividades a serem executadas sempre que os pequenos chegam na instituição até a saída no final da tarde.

Ainda durante a realização do Estágio foi possível observar que os professores trabalham a partir da ludicidade utilizando jogos e músicas, buscando envolver as crianças nas diferentes tarefas, de forma que aqueles momentos na escola se tornam mais atrativos. Outra situação observada na rotina da Creche Municipal foi que alguns pais optam em não deixarem seus filhos o dia todo no ambiente escolar, mas apenas uma parte do dia.

Diante desse contexto e da curiosidade epistemológica de compreender os processos educativos desenvolvidos com as crianças, despertou o interesse em refletir sobre esta temática, tendo como pressuposto a seguinte questão norteadora: Quais os principais desafios enfrentados para garantir o direito ao cuidado e a educação das crianças nos espaços destinados aos primeiros anos de escolarização?

Buscando responder tal questionamento, foi definido como objetivo geral desta pesquisa: conhecer os principais desafios enfrentados no desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de escolarização. Também foram eleitos os seguintes objetivos específicos: identificar as diferentes concepções de criança e de infância construídas ao longo do processo histórico; observar a garantia do direito a educação das crianças no âmbito da legislação brasileira; e compreender o cuidar e educar como processos indissociáveis nos espaços destinados a educação das crianças.

É pertinente estudar sobre educação das crianças no início de sua escolarização, porque esta é uma discussão inacabada em nosso país tendo em vista o pouco tempo em que foi institucionalizada. Além disso, estudos científicos comprovam a importância do tema, demonstrando que ainda existem questões a serem analisadas de forma a garantir os direitos e o acesso a educação de qualidade que deve ser ofertada a todas as crianças desde pequenas, de forma gratuita em instituições públicas. Consideramos ainda que a investigação deste tema é relevante para compreendermos acerca do desenvolvimento integral da criança e sua formação como cidadão.

Da mesma forma para a área, esta pesquisa contribuirá com mais informações sobre o assunto, subsidiando os profissionais de educação com reflexões sobre a institucionalização da educação e os direitos adquiridos pelas crianças para o processo educativo, contribuindo para melhorias na prática pedagógica destes profissionais.

Cabe salientar, entretanto, que devido a pandemia causada pela Covid-19, não foi possível realizar a coleta de dados na Creche Municipal para

complementação do estudo, de sorte que o trabalho de investigação foi realizado por meio de uma revisão de literatura sobre o assunto.

Por isso, do ponto de vista metodológico, o estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Ramos (2009, p.183), torna-se “imprescindível para qualquer pesquisa científica e é uma constante na vida de quem se propõe a estudar [...], ela registra e organiza os dados bibliográficos referentes aos documentos obtidos e empregados na pesquisa”. Assim, é considerada algo comum na vida de um pesquisador ou de alguém que deseja se aprofundar cientificamente sobre determinado assunto.

Ramos (2009) também assegura que a metodologia de um trabalho científico é uma das partes mais importantes de um curso de graduação, pois consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não, no que diz respeito as suas utilizações. Desta forma, este trabalho monográfico adotou como procedimento metodológico uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, numa abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa foi escolhida tendo em vista que este tipo de pesquisa permite interpretar observações realizadas sobre determinado comportamento humano, tendo como objetivo fazer um registro mais específico do que queremos analisar.

Em relação aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois de acordo com Ramos (2009, p.183), “constitui o primeiro estágio de uma pesquisa científica. Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito”.

As fontes da pesquisa foram constituídas de artigos publicados em revistas acadêmicas e livros em PDF, disponibilizados por meios virtuais. Constituem fontes de estudos as publicações de autores como Aries (1981), Kishimoto (1998), Kramer (2006), Spada (2005), Ramos (2009), Amorim (2011), (LUNA, 2015), entre outros. Também os documentos oficiais, tais como: a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996; o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI) de 1988); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009; e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018.

Visando uma melhor compreensão da temática em estudo, o trabalho foi estruturado em três capítulos, assim organizados: No primeiro capítulo analisamos as mudanças no conceito de criança e infância a partir dos estudos de alguns autores

assim como os documentos oficiais relacionados a temática; no segundo capítulo refletimos sobre a garantia do direito a educação das crianças, bem como sobre alguns dispositivos legais que institucionalizam esses direitos, e no terceiro capítulo descrevemos a importância do cuidar e do educar para que ocorra o desenvolvimento integral das crianças, destacando a necessidade de um trabalho que incorpore de maneira integrada esses dois momentos nos espaços destinados a escolarização das crianças.

As considerações finais nos remetem a constatação de que embora as crianças tenham sido inseridas legalmente na sociedade como pessoas cidadãs de direitos, ainda há muito o que se discutir e realizar sobre a educação das crianças no Brasil, e que o debate sobre o tema ainda não está encerrado, apesar de todos os estudos que já foram feitos a este respeito.

2 COMPREENDENDO AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE CRIANÇA E INFÂNCIA

Os conceitos de criança e infância nem sempre tiveram os mesmos sentidos como conhecemos hoje, o Dicionário online de Português define o termo infância como “período da vida humana desde o nascimento até cerca de 12 anos, o início da adolescência” e o termo criança como: “Menino ou menina que está no período da infância, entre o nascimento e a puberdade”, podemos afirmar que estes são termos criados atualmente, tendo em vista que na Idade Média eram considerados como adultos pequenos segundo os estudos de Ariés (1981), quer dizer, se comportavam e se vestiam como as pessoas mais velhas e que não desfrutavam das características próprias para sua idade e a partir do instante que apresentavam independência física, eram direcionados ao trabalho com a família.

Kramer (2006, p.19) nos afirma que “o conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade” que está em constantes mudanças, e com tais mudanças os costumes familiares também se modificam. Cabe ressaltar que a forma como as crianças são vistas depende da estrutura da sociedade onde a família está inserida.

Desta forma, a “concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos [...]” (BRASIL (1998, p.21). Isso significa que são termos que possuem significados que variam dependendo da situação, da época, do entendimento que se tem sobre ele, por isso é muito importante refletirmos sobre os conceitos de criança e de infância, essa fase tão importante da vida humana e tão cheia de significados, que apesar de toda a doçura que ela traz em relação ao sentido que tem e a fase de descobertas que representa, nem sempre foi vista sob esse olhar.

Ariés (1981) argumenta que não existia um sentimento de infância como conhecemos hoje, pois não se considerava essa fase da vida humana como um período cheio de particularidades, em que o ser humano está no desenvolvimento de suas capacidades e características peculiares a sua idade. Ainda de acordo com o autor:

[...] O sentimento de infância não existia- o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças:

corresponde à consciência da particularidade infantil, essas particularidades que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (ARIÉS, 1981, p. 156).

O autor deixa claro que apesar de não existir tal sentimento, as crianças eram cuidadas e não eram desprezadas, porém as características infantis que distinguia a criança do adulto não existiam, ele ainda enfatiza que ter sentimento de infância não significa ter afeição pelas crianças, não é o mesmo que gostar de crianças e sim que não existia a devida importância para as particularidades infantis, já que os pequenos eram considerados como jovens e logo em seguida em adultos, como se eles não possuíssem uma forma diferente de pensar, porque acreditava-se que a criança não possuía esta capacidade.

De criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje (ARIÉS, 1981, p. 10).

A desvalorização da infância durante a Idade Média existia devido ao alto índice de mortalidade infantil que acometia uma boa parcela da população infantil, poucos sobreviviam até os sete anos de idade. A situação era tão devastadora que as crianças pequenas não chegavam a ser contabilizadas até que passassem a idade desta sobrevivência incerta, quer dizer, assim que superavam essa fase de alto risco de morte é que passavam a ser inseridas na sociedade já como adultos. De acordo com Aries (1981), os pais não procuravam apegar-se aos filhos tendo em vista o pouco tempo de vida que eles tinham e a possibilidade de substituí-lo logo em seguida. Neste mesmo raciocínio Kramer (2006, p.17) destaca que, só “a partir do século XVI as descobertas científicas provocaram o prolongamento da vida, ao menos nas classes dominantes”.

A esse respeito, Amorim (2011) lembra que somente com a chegada do século XVI é que estas concepções começaram a mudar no Ocidente e aos poucos foi sendo abandonada a ideia de adulto em miniatura, valorizando a criança como uma pessoa que possui identidade própria e precisa ser orientada em seu desenvolvimento. Kramer (2006, p.19), acrescenta que, “a ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade”, portanto seria inadequado

igualar de forma homogênea a população infantil porque elas passam por diferentes processos de socialização.

A mudança no sentimento de infância foi perceptível a partir do surgimento da paparicação em que a criança se tornava uma fonte de distração para o adulto. Tal sentimento estava diretamente relacionado as mães ou amas, pois elas passavam a admirar e a considerar engraçado o que os pequenos faziam. Como destaca Luna (2015, p.18):

As crianças de famílias abastadas eram paparicadas e mimadas, porém, não existia uma visão social diferente em relação à mesma, pois ela não era considerada sujeito de direito, nem era percebida em suas individualidades e identidade pessoal enquanto criança, com suas especificidades e capacidades.

Apesar da paparicação existente com os filhos das famílias de posses, não existia a valorização das capacidades infantis, quer dizer que não existia uma visão social da criança como sendo importante para o desenvolvimento da sociedade.

Aries (1981) nos afirma que a paparicação surgiu no meio familiar, enquanto outro sentimento de infância surgiu a partir do século XVII entre os educadores da época e os moralistas, que era o apego a infância. O autor considera ser o início de “um sentimento sério e autêntico da infância”, que se preocupava em “preservar e disciplinar as crianças”, sendo aos poucos incorporar este sentimento as famílias. Segundo Kramer surge agora um “sentimento de família” que fez toda a diferença neste contexto social, já que a mortalidade infantil não era tão presente em muitos dos casos nas famílias burguesas, como podemos observar nas considerações de Kramer (2006, p. 19):

Não é a família que é nova, mas, sim, o sentimento de família que surge nos séculos XVI e XVII, inseparável do sentimento de infância. O reduto familiar torna-se, então, cada vez mais privado e, progressivamente, esta instituição vai assumindo funções antes preenchidas pela comunidade.

A autora ainda argumenta que os dois aspectos do sentimento de infância – a “paparicação” e a “moralização” - são aparentemente contraditórios, mas na verdade, ambos se completam na concepção de infância enquanto essência infantil.

Como o ser humano vive criando e recriando conceitos, não foi diferente com as concepções de criança e de infância, pois não existia uma ideia de criança e infância. Segundo Amorim (2011), tais conceitos nem sempre existiram e não há uma

única compreensão para eles, quer dizer que, vão sempre variar de acordo com a sociedade, a época, e o contexto familiar em que as crianças estão inseridas.

Não podemos afirmar que o sentimento de infância e criança no Brasil era o mesmo de todo esse contexto já discutido, tendo em vista que fomos formados por diferentes culturas de muitos povos que já existiam aqui, como também de outros que chegaram com a colonização europeia em nossas terras. Como nos informa Kramer (2006, p.19):

Ora, estas informações não podem ser mecanicamente transpostas para a sociedade brasileira dada a diversidade de aspectos sociais, culturais e políticos que interferiram na sua formação. Dentre tais aspectos, pode-se citar a população indígena original, as diferentes migrações, o longo período de escravidão, o imperialismo imposto pelos países europeus e o impingido pelo Brasil a outros países latino-americanos.

Mas, é possível afirmar que aqui também não existia uma valorização da primeira infância já que uma boa parte dos filhos dos indígenas ou mesmo dos africanos que chegavam ao Brasil eram obrigados a trabalhar com os pais.

Ainda segundo Kramer (2006, p.20), “são necessários estudos que aprofundem o conhecimento da criança brasileira e de sua inserção social na comunidade”, uma vez que não temos como obter apenas uma definição de infância no Brasil , porque temos diferentes visões associadas a diferentes culturas, ou seja, não existe um modelo definido de valorização desta fase da vida pelo adulto, cada uma dependeria das condições econômicas, sociais, culturais que cada um exerce na sociedade em que está inserido.

Segundo Kramer (2006, p. 20):

Deve-se partir do princípio de que as crianças (nativas ou imigradas, ricas ou pobres, brancas ou negras) tinham (e têm) modos de vida e de inserção social completamente diferentes umas das outras, o que correspondia (e corresponde) a diferentes graus de valorização da infância pelo adulto, a partir de suas condições econômicas, sociais e culturais, e do papel efetivo que exerciam (e exercem) na sua comunidade.

Por isso, pode-se dizer que é recente no Brasil a existência de leis que garantem o direito das crianças, considerando que apenas em 1988 foi que a criança foi reconhecida na Constituição Federal, em seu Art. 227 como cidadã. Tal artigo nos assegura que:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à

saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Outro documento importante que também nos remete aos direitos das crianças foi elaborado em 1990, o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), porém devido à grande desigualdade social que existe em nossa sociedade, boa parte das crianças ainda vivem em condições precárias e iniciam muito cedo no trabalho infantil, enquanto uma pequena parcela deste público usufrui de boas condições de moradia, proteção e educação, como será melhor compreendido no capítulo a seguir.

3 A GARANTIA DO DIREITO A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

Ainda é recente a discussão em torno da importância da educação de crianças pequenas em nosso país de forma institucional. Conforme nos lembra Kishimoto (1998), as creches brasileiras inicialmente atendiam os filhos de indígenas e órfãos, de maneira que o cuidado com as crianças não era um assunto que importava a nossa sociedade em muitos períodos da história.

Para Kramer (2006), a periodização do atendimento as crianças pequenas no Brasil podem ser divididas em três fases: Do descobrimento até 1874 (primeiro período); de 1874 até 1889 (segundo período).

No primeiro período, com a chegada dos padres jesuítas ao Brasil teve início os primeiros ensaios sobre a educação, mas esta tinha um caráter religioso e colonizador, quer dizer, os objetivos eram atender os interesses da Metrópole de forma que os filhos dos colonos seriam instruídos para dar continuidade ao processo civilizatório e os índios apenas se convertessem ao catolicismo. Este projeto inicial de educação procurava “libertar” a criança indígena, em especial, da cultura que estava inserida, além das indígenas havia a questão das crianças abandonadas, as órfãs e as migrantes. As crianças órfãs ou acompanhadas pelos pais eram trazidas com objetivos específicos: casarem com os súditos da coroa ou trabalhar. De acordo com Ramos (2010), as que vinham nas embarcações e sobreviviam, sofriam muito desde maus tratos, violência e abuso sexual, escravidão, entre outros.

Nesta época, era comum o abandono infantil devido a organização do sistema escravocrata que explorava sexualmente as mulheres que sem condições ou mesmo por rejeição, abandonavam os recém-nascidos nas ruas ou nas chamadas Roda dos Expostos, espaço pensado pelo padre Romão Mattos Duarte em 1738, no Rio de Janeiro, que de acordo com Spada (2005, p. 3):

Era uma referência ao mecanismo onde se depositavam as crianças: um cilindro oco de madeira, com uma pequena abertura, que girava em torno de um eixo horizontal. A criança era colocada na abertura, pelo lado de fora da instituição. Girando-se a roda, ela passava para o lado de dentro, de tal modo que o depositante não podia ser visto, impedindo-se assim a sua identificação.

Essa era uma prática comum nesse período em que se abandonavam os bebês de forma anônima, de forma que a pessoa que estava dentro da instituição não via quem estava fora no momento da entrega da criança.

Até 1874, época em que iniciou o segundo período no atendimento as crianças pequenas no país, esta era a forma institucional de atendimento a infância brasileira, isto se aplicava aqueles muito pequenos, já os maiores de doze anos quando abandonados, seriam levados para a “Escola de Aprendizizes Marinheiros”, fundada em 1873 pelo Estado (KRAMER, 2006).

Vale destacar que neste mesmo período surgiu o uso da nomenclatura “menor” associadas a delinquente ou criminoso a quem era aplicado a repressão como forma de punição, talvez seja este o motivo que tal palavra ainda seja utilizada nos termos judiciais hoje em dia, quando se refere as pessoas com idade inferior aos 18 anos.

A grande mortalidade infantil existente no Brasil neste período, motivou médicos higienistas as primeiras iniciativas voltadas à criança. A causa de tantas mortes estava associada ao nascimento de crianças fruto de uniões ilegais entre escravos e senhores, ou também do aleitamento das crianças realizado pelas escravas de aluguel, chamados de “aleitamentos mercenários”.

Segundo Kramer (2006, p.50), “a ideia de proteger a infância começava a despertar, mas o atendimento se restringia a iniciativas isoladas que tinham, portanto, um caráter localizado”, quer dizer que não era algo pensado de forma geral, eram apenas ações que aconteciam em alguns locais, em que médicos, associações de damas beneficentes ou outro grupo se interessavam em fazer desenvolver alguma ação para ajudar as crianças daquele lugar e não algo institucionalizado para “todos”.

Foi somente a partir do início do processo de industrialização no Brasil que surgiu a preocupação com a educação das crianças, porque era preciso ter mão de obra qualificada para o trabalho nas fábricas, isso trouxe muitas mudanças e novas concepções sobre a necessidade de educar. Vale salientar que essa preocupação inicial era apenas com as crianças das classes sociais mais privilegiadas, porque as crianças pobres não estavam incluídas neste pensamento, tendo em vista que não existia uma necessidade de formá-las já que teriam apenas uma ocupação, o trabalho (LUNA, 2015).

A industrialização transformou muito a sociedade, as mulheres passaram a reivindicar seu espaço no mercado de trabalho e sua independência financeira. Essa situação trouxe alterações em relação a família e a educação dos herdeiros que antes estava vinculada apenas a figura materna, surgiu então a necessidade de espaços que pudessem abrigar as crianças enquanto o trabalho estava sendo desenvolvido.

Sendo assim, observamos que durante o segundo período não foram elaborados projetos de escolarização, apenas aqueles voltados aos cuidados e a assistência das crianças, seja na saúde para tratamento ou em locais de abrigo enquanto os responsáveis estavam no trabalho.

Com a Proclamação da República, em 1889, teve início o terceiro período de ações voltadas ao atendimento às crianças, quando surgiram ações mais concretas de proteção das crianças como a criação do Instituto de Proteção a Assistência à Infância do Brasil, no Rio de Janeiro. Os objetivos do Instituto, segundo Kramer (2006, p.52), eram:

[...] atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância.

A criação do Instituto de Proteção a Assistência à Infância no Brasil, em 1880 no Rio de Janeiro, pelo médico pediatra e higienista Arthur Moncorvo Filho, marcou o começo do terceiro período do atendimento as crianças no Brasil que perdura até nossos dias, ele proporcionou a interligação entre assistência, saúde e educação da criança no Brasil, uma vez este instituto influenciou a sociedade com novas concepções sobre a criança, responsabilizando o setor público pelo desenvolvimento integral da pessoa, seu olhar era voltado ao cuidado geral que englobava a saúde, assistência e educação, quer dizer cuidando e educando, segundo nos afirmam Nunes, Corsino e Didonet (2011, p. 19):

Pelos objetivos, vê-se que havia intenção de realizar uma ação global, que abarcava a saúde, a assistência e a educação, promovida e orientada pelo mesmo órgão. Em seu escopo, juntavam-se creches, jardins de infância, atendimento a crianças filhas de famílias empobrecidas, crianças com deficiência, saúde de bebês e infância desvalida. Podemos situar, aqui, o começo da construção do conceito de interrelação entre assistência, saúde e educação da criança. É um começo ainda tímido e marcado pela confluência dos problemas que algumas poucas pessoas de destaque social e político sentiam pesar sobre as crianças.

As autoras ainda destacam que a fundação deste Instituto foi um marco importante na atenção dada a criança pobre, tal fato também coincidiu com outros movimentos relacionados a infância, como por exemplo, a criação da “primeira creche popular cientificamente dirigida” para filhos de operários de até dois anos” e o primeiro Jardim de Infância denominado Jardim de Infância Campos Salles, em 1909, no Rio de Janeiro. Percebemos que nesse terceiro período é que começou a acontecer preocupações com a educação, tudo isso já no século XX.

Os primeiros jardins de infância do Brasil remontam o fim do século XIX e início do século XX, eles só existiam em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e atendiam apenas as crianças de classe mais favorecidas social e economicamente, fica claro mais uma vez que a educação não era um projeto para todas as crianças, mas de uma minoria. Sobre esta questão Nunes, Corsino e Didonet (2011, p.19), nos afirmam que:

As primeiras iniciativas educacionais para a primeira infância são os jardins de infância: 1875, 1894 e 1909, no Rio de Janeiro, e 1896, em São Paulo. Anexo a este, foi criado em curso de formação para professoras de jardim de infância. Situados nas principais cidades da época, localizavam-se em áreas centrais e atendiam crianças das classes média e alta. Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho, ao estabelecer o ensino primário obrigatório em todos os municípios do Império, determinou que, em todos os distritos, houvesse um jardim de infância, com a função de cuidar da formação da criança antes dos 7 anos. A determinação não passou de letra morta.

É possível perceber quão importante foi a criação do Instituto de Proteção a Assistência à Infância, já que a partir dele em 1919 surgiu o Departamento da Criança no Brasil que ficaria sob a responsabilidade do Estado brasileiro. Entre as atividades desenvolvidas por aquele Instituto temos:

As atividades daquele Instituto se ampliaram e diversificaram: da realização de cursos às campanhas de vacinação e combate a epidemias; da promoção de festas consagradas à infância à multiplicação de maternidades, creches, e institutos de proteção à infância pelos Estados do Brasil; de estudos sobre mortalidade infantil à participação em congressos (KRAMER, 2005, p. 53).

Em 1922, o então Departamento da Criança no Brasil, organizou o 1º Congresso Brasileiro de Proteção a Infância, que reuniu autoridades governamentais e pessoas ligadas a vida pública e particular para discutirem sobre objetivos para as crianças pobres e abandonadas que precisavam de cuidados em todos os sentidos. Durante este congresso foram discutidos a regulamentação dos institutos de

assistência a infância, a abolição das “rodas dos expostos” e o estabelecimento de que nos locais de trabalho existissem espaços reservados para que as mães pudessem amamentar seus filhos, além desses, também foram discutidos a criação de leis que reconhecessem os direitos das crianças e a obrigatoriedade de informação pós nascimento.

Até a década de 1930 a creche era vista apenas como instituição “asilar”, não era fiscalizada, nem recebia ainda a devida importância do Estado, possuía muitos problemas relacionados a higiene e considerada apenas como substituta da família, esta visão só começa a mudar de forma muito gradual “nos anos pós-1930” (KRAMER, 2005).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, foi criado em 1930 o Ministério da Educação e Saúde e assim o Estado passou a se “responsabilizar” pela institucionalização do ensino infantil no Brasil, que até o momento não havia acontecido, a responsabilidade estatal se resumia apenas em ajudar as entidades que assistiam as crianças fornecendo uma ajuda governamental para manter as obras de assistência, ou seja, valores em dinheiro para ajudar as instituições que cuidavam das crianças.

Sobre este assunto Spada (2005, p. 4), argumenta que:

De um modo geral, as propostas do Estado para atendimento à infância estavam baseadas no estabelecimento de convênios com entidades filantrópicas e particulares, na manutenção do atendimento indireto e na implantação de programas como “mães-crecheiras”, afastando-se, desse modo, da criação e gerenciamento direto de instituições para o atendimento da infância e, principalmente, transferindo para a sociedade civil uma responsabilidade inquestionavelmente estatal.

Significa que não existia clareza sobre qual era o real papel do Estado neste atendimento, ou seja, uma preocupação com o tipo de serviço que era ofertado as crianças, o que causou problemas nas famílias pobres que precisavam de ambientes para abrigar os filhos.

No ano de 1933, no Rio de Janeiro, foi realizado o Congresso Nacional de Proteção a Infância, onde se discutiu sobre a necessidade de se “transcender a visão restrita da criança pré-escolar ao seu aspecto físico e de saúde” (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011). A sugestão de Anísio Teixeira neste evento foi de que era preciso olhar as crianças de outra forma, quer dizer, era necessário a valorização das habilidades mentais, da socialização e as funções relacionadas a educação, além de

considerar os aspectos físicos, levar em consideração o que contribui para a aprendizagem e a aquisição de conhecimentos

O Departamento da Criança, de Moncorvo Filho existiu até 1938 e a partir de 1940, foi criado pelo Governo Federal o Departamento Nacional da Criança (DNCR). Essa organização fazia parte do Ministério da Educação e Saúde Pública, só em 1953 foi criado o Ministério da Saúde ocasionando a separação entre saúde e educação e sua incorporação ao Ministério da Educação e Cultura.

Ainda nessa década a criança passou a ser vista como necessária a pátria, tendo em vista que ela agora representava uma possível mão de obra. Desta forma, inspirava cuidados que até então não existiam por parte do governo, de sorte que o Estado passa a convocar a iniciativa privada para também financiar os custos, embora continuasse a centralizar o atendimento (KRAMER, 2006).

Assim, diversas instituições públicas e privadas foram criadas com o objetivo de atender institucionalmente as crianças menores de sete anos, como por exemplo, a criação da Coordenação de Educação Pré-escolar, como instituição pública e a Organização Mundial da Educação Pré-escolar (OMEPE), que atua na rede privada desde 1952. Além dessas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) também desenvolve atividades relacionadas as crianças no Brasil. Ressaltamos, entretanto, que todo atendimento desses órgãos independente de sua iniciativa é centralizado pelo Estado (KRAMER, 2006).

Com a ideia de atender as crianças também foram instituídos: o Serviço de Assistência a Menores (SAM), que devido a seu fracasso foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Projeto Casulo. Todos esses projetos visavam aumentar os cuidados assistenciais da criança, embora não tivessem uma preocupação específica com a educação.

As discussões sobre a valorização das crianças pequenas era algo discutido de forma muito tímida, apesar de que ainda na década de 1950, o Departamento Nacional da Criança ter publicado um livreto orientando que o trabalho nas creches tivessem materiais próprios para o trabalho na educação infantil, mostrando que para trabalhar com crianças era necessário ter conhecimento, ou seja, deveria ser feito com objetivo (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011), ainda em 1967 este mesmo órgão público, lançou o Plano de Assistência ao Pré-escolar para crianças de até 2 anos.

Sendo assim, é possível observar que não existia uma definição dos objetivos relacionados a criança tendo em vista a mudança constante do órgão que gerenciava a vida dos pequenos cidadãos, ora estava relacionado a Saúde, ora relacionado a educação, afinal de quem era a responsabilidade pela educação das crianças?

A partir desta situação organizou-se o “Movimento de Luta por Creches, criado por parcelas da população que necessitava desse tipo de serviço” (SPADA, 2005, p.4).

Este movimento reivindicava vagas nas creches, destacando a importância desse ambiente e trazendo a responsabilidade do Estado para a situação. Percebe-se, assim, que havia um interesse do Estado em expandir as creches, desde que os custos fossem de outras instituições, quando firmou convênios com diversas instituições que não precisavam de financiamento do poder público, como podemos observar a seguir:

A política governamental de atendimento à infância baseava-se na expansão quantitativa e na redução de custos, haja visto o grande número de convênios estabelecidos e a permanência de creches indiretas-aquelas que não são geridas pelo poder público. Em função do escasso planejamento, bem como do não estabelecimento de metas e propostas de atendimento à infância, a qualidade do serviço prestado ficou prejudicada e, com isso, as crianças mais pobres representavam aquelas mais mal atendidas e as creches, em vez de compensar as desigualdades, acabavam por reforçá-las (SPADA, 2005, p.4).

A partir do exposto, é possível observar que realmente não havia um interesse estatal em garantir o funcionamento das creches, a ideia era reduzir custos e formalizar parcerias através dos convênios com instituições privadas, mais uma vez percebe-se a falta de planejamento e de interesse em diminuir as diferenças sociais através da educação.

Nas últimas décadas também ocorreram no Brasil muitas mudanças sociais como por exemplo: a mudança na forma de organização das famílias, a inserção da mulher no mercado de trabalho e urbanização das cidades, e tudo isso ocasionou uma maior conscientização social sobre a educação das crianças de 0 a 6 anos, essas mudanças de pensamento sugeriram a devida importância ao tema ao ponto que o atendimento as crianças de zero a seis anos foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, desde então o ensino nas creches e pré-escolas passou a ser gratuito nas instituições públicas de ensino (BRASIL, 1988).

Atualmente tem-se falado muito sobre a educação das crianças bem pequenas e diferentes documentos oficiais fazem referência a esse assunto, um

deles é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, possui diversos artigos que enfatizam a importância da Educação Infantil em nosso país. Em seu Art. 21, destaca que a Educação Infantil é uma das etapas da Educação Básica, quer dizer que ela deve acontecer na vida de qualquer criança. Outros artigos da referida Lei dispõem sobre a organização da Educação Infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013);

Desta forma entendemos que a finalidade desta etapa da Educação Básica é o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade e que ela será oferecida em creches ou pré-escolas, quer dizer que todos devem estar envolvidos neste processo tão significativo na vida desse ser em construção. Entende-se por Creche, segundo a LDB (1996) o ambiente que atende crianças de 0 a 3 anos de idade e a Pré-escola o que atende aquelas com idades entre 4 e 5 anos.

As creches têm um papel fundamental na vida das crianças porque é nela que os pequeninos têm os primeiros contatos de socialização longe de sua família. A LDB/1996 em seu Art. 4º nos afirma que é dever do Estado oferecer educação pública escolar dos 4 aos 17 anos, quer dizer da Pré-escola até o ensino médio.

As primeiras creches do Brasil surgiram a partir do século XX com um caráter assistencialista, para atender as mães que estavam iniciando a vida operária, estas tinham um objetivo de ajudar as crianças mais pobres (PONTES, 2016). Sobre a questão assistencialista nas creches, Anjos e Silva (2015, p. 14) asseveram que:

No século XX surgem no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos com um caráter assistencialista, cuja finalidade era o de amparar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas. Com o aumento da urbanização e a industrialização nos centros urbanos, modificou-se a estrutura familiar tradicional em relação ao cuidado com os filhos pequenos. Por estar na lavoura à maioria da mão de obra masculina, mulheres tiveram que ser contratadas pelas fábricas que surgiram na época à necessidade do auxílio ao cuidado dos filhos pequenos. Ainda que a

situação tenha sido produzida pelo próprio sistema econômico, a ajuda às mães não foi reconhecida como um dever social. Continuou a ser vista como um favor prestado, um ato de caridade.

É possível constatar, segundo as autoras, que ocorreu uma mudança em relação aos papéis sociais familiares, porém a partir da Constituição de 1988 foi que a creche passou a assumir um caráter educacional, após este momento cresceram os debates relacionados a educação, ao sentido de infância, à valorização da pessoa que está em formação e que necessita ser cuidada e educada.

Um dos obstáculos para que a Educação Infantil aconteça com a devida qualidade no Brasil, segundo Spada (2005), é a falta de investimento do governo. A autora afirma que essa falta de participação estatal contribuiu para caracterizar o espaço apenas como instituição de caridade, já que era mantido em sua maioria por instituições religiosas e o Estado se negava a fiscalizar os espaços que eram mantidos por tais instituições. Vale salientar que esses locais não possuíam as mínimas condições de higiene e funcionavam apenas como ambientes de guarda das crianças, enquanto os pais trabalhavam.

Um aspecto de grande influência na caracterização do tipo de serviço prestado pela creche, bem como sua percepção- pelos funcionários e pela população- como um local que oferece atendimento caritativo aos desvalidos tem suas origens no próprio processo de criação da instituição e também no fato de que o Estado não teve qualquer participação na implantação e funcionamento inicial das instituições de atendimento infantil. Este atendimento é, durante um longo período, realizado por entidades de natureza filantrópica, quase que exclusivamente por entidades religiosas, especialmente pela igreja católica (SPADA, 2005, p.3).

Nem sempre a Educação Infantil recebeu a devida importância que possui hoje, principalmente no Brasil, pois era responsabilidade apenas dos pais em ensinar o que as crianças deveriam aprender, especialmente da mãe que cuidava da casa e dos filhos e ainda não trabalhava fora. Com a industrialização ocorreram várias transformações e as mulheres passaram a reivindicar seu espaço no mercado de trabalho, assim como sua independência financeira. Esta situação trouxe mudanças em relação a família e a educação dos herdeiros.

Diante da necessidade de trabalhar as mães precisavam deixar as crianças sob os cuidados de alguém responsável, uma vez que não haviam creches como as que conhecemos hoje:

Nesta época ainda não existiam instituições especializadas de ensino como conhecemos hoje, o que existiam eram apenas locais onde as crianças eram cuidadas por um adulto, dado a necessidade da ausência da mãe, seja por diversos motivos, em diferentes épocas (LUNA, 2015, p. 18).

Esses locais não eram considerados creches ou escolas, apenas um ambiente onde a criança recebia os cuidados necessários que precisava, geralmente as crianças eram cuidadas nesses ambientes por pessoas próximas.

A ideia de creche no Brasil surgiu inicialmente para atender crianças carentes, aquelas pobres em que os pais não tinham condições de sustento, ao que chamamos de “serviços prestados” que podiam ser feitos pelo governo ou por instituições religiosas, tudo era feito para dar assistência e não por um direito que era garantido. Essa situação só começou a mudar no Brasil, como foi mencionado anteriormente, a partir da Constituição de 1988 que transferiu para os Estados e Municípios o dever de garantir o acesso a Educação Infantil a todas as crianças, independentemente de sua condição social e passou a ser efetivamente aceita quando foi incluída na LDB (1996) como primeira etapa da Educação Básica.

Segundo o RCNEI (1998), as primeiras creches ou instituições de atendimento as crianças que surgiram no Brasil e no mundo tinham diferentes funções sociais, porém a principal delas era a de atender as crianças pobres, elas foram criadas para combater a pobreza e resolver parte dos problemas que cada um vivenciava em sua família, como também para justificar a falta de investimentos em infraestrutura, qualificação profissional, qualidade e na quantidade dos materiais que eram utilizados nesses espaços.

Constituir-se em um equipamento só para pobres, principalmente no caso das instituições de educação infantil, financiadas ou mantidas pelo poder público, significou em muitas situações atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. A tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda. Nessa perspectiva, o atendimento era entendido como um favor oferecido para poucos, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade (BRASIL, 1998, p.17).

Este pensamento que as creches eram lugares de assistência apenas para crianças pobres e pelo fato de serem instituições mantidas e financiadas pelos órgãos públicos era visto como um favor e não como uma obrigação do Estado, pois não se reconhecia que cada criança é um cidadão com os mesmos direitos constitucionais garantidos, independente de sua classe social ou de seus poderes aquisitivos, como dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227, quando define que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998).

Significa que o Estado tem obrigações de garantir às crianças vários direitos que já estão conferidos na lei e que não se trata de favores, e mudar esta concepção é um dos desafios atuais da educação no Brasil.

É na escola que acontecem as interações sociais da criança além do convívio familiar, quando esse menino ou menina passa a interagir em um ambiente escolar, ele começa a perceber as diferenças que existem no mundo a sua volta, com as pessoas, percebe que todos somos diferentes uns dos outros. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI) - Volume 1, nos afirmam que “a diversidade de parceiros e experiências potencializa o desenvolvimento infantil” (BRASIL, 2006, p. 14).

Quer dizer que quanto mais a criança for exposta a situações e experiências diferenciadas ela irá se desenvolver.

Crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado, desde que se encontrem em contextos coletivos de qualidade. Essa afirmativa é considerada válida para todas as crianças, independentemente de sua origem social, pertinência étnico-racial, credo político ou religioso, desde que nascem (BRASIL, 1998, p.15).

Faz-se necessário que os pequenos possam vivenciar diferentes atividades, principalmente através do lúdico que é um fator importante para a construção do desenvolvimento e da aquisição do conhecimento infantil, a brincadeira é essencial para que as construções das experiências significativas aconteçam.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) até 1980 a Pré-escola era considerada como a fase anterior a entrada do aluno no ambiente escolar e a escolarização só teria início com o Ensino Fundamental, porém sabemos que isso mudou e a partir de 2009 a educação das crianças de 4 e 5 anos passou a ser obrigatória a partir da Emenda Constitucional nº 59/2009 que alterou o Art. 208 da Constituição. Tal dispositivo estabelece os seguintes preceitos:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (NR) (BRASIL, 2009)

Tais mudanças apenas reafirmaram um direito que já existia constitucionalmente, mas que nem sempre era garantido. De acordo com as DCNEI, (2009), a criança para a ser considerada como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais, públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, alterou alguns artigos da LDB atual, principalmente no que se refere ao ingresso das crianças e a organização do ensino infantil, ela estabelece que todas as crianças devem estar matriculadas na Educação Infantil até os 5 anos, e que as Pré-escolas atenderão especificamente as crianças de 4 e 5 anos. A referida Lei também nos descreve como será a organização das instituições de ensino.

O texto afirma que as crianças devem ser atendidas em 200 dias letivos, distribuídos em 800 horas anuais, o horário de permanência nas instituições podem ser de 4 até 7 horas diárias de forma que eles possam participar das atividades de forma parcial ou integral, percebe-se a partir daí a mudança de visão sobre a importância que a Educação Infantil deve ter. Também foram estabelecidos os processos de avaliação que devem ser realizados a partir de observação do desenvolvimento das crianças e a crescente preocupação com a formação dos

profissionais responsáveis por esta educação. O Art. 62 da LDB (1996) nos informa sobre a necessidade de formação teórica para estes atendimentos:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 2013).

Percebe-se com o exposto que não é qualquer pessoa que pode desempenhar o papel de mediador entre a criança e o mundo, e que para isso é necessário adquirir conhecimentos teóricos e práticos para saber como conduzir o processo de aprendizagem, ou seja, é necessária a formação docente específica para atuação na área.

Observa-se ainda que em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, com objetivos e metas que deveriam ser atingidas em 10 anos. Entre estas metas e diretrizes temos: “II - universalização do atendimento escolar; IV- melhoria da qualidade da educação; IX - valorização dos (as) profissionais da educação” (BRASIL, 2014).

Cabe observar também que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o percentual de crianças frequentando a Pré-escola tem aumentado nos últimos anos, de 51,4% para 80,1 %, isto demonstra que o acesso à escola tem melhorado, mas ainda há muito o que se fazer para que todas as crianças tenham acesso a educação de qualidade na idade certa.

Dessa maneira, são vários os desafios para que as crianças sejam educadas na idade apropriada, entre eles, pode se destacar a desigualdade social que ainda existe no Brasil, a falta de vagas nas escolas e creches, a distorção idade/série, os níveis inadequados de alfabetização, a falta de capacitação para os profissionais da educação, a falta de dados atualizados sobre as diversas realidades educacionais existentes no país para que se possa traçar novas metas e políticas públicas, entre outros. Ou seja, há muito o que melhorar no que concerne as condições para que crianças brasileiras tenham acesso à educação de qualidade na idade adequada.

Na esteira destes desafios, cabe lembrar que momento atual estamos vivenciando, tempos de pandemia causada pelo COVID-19, que impõe uma nova realidade para educação brasileira, para a comunidade escolar, para os professores e, principalmente, para a educação das crianças pequenas.

Para manter o distanciamento social professores e alunos foram obrigados a ficar em suas casas e fazer todas as atividades educativas no ambiente doméstico. Esse fato trouxe à tona um grave problema enfrentado pela educação que é o uso das tecnologias. Alguns que tanto resistiam em adquirir conhecimento nesta área se viram obrigados a aprender e se adaptar o mais rápido possível para continuar realizando seu trabalho.

Os professores tiveram que se reinventar para adequar seus conteúdos, para manter a interação com seus alunos e, principalmente, tentar manter o vínculo construído no dia a dia da escola. Tudo sendo realizado por meio de aparelhos celulares, notebooks ou utilizando plataformas e redes sociais como Facebook, Whatsapp, Instagram, entre outras. Assim, a internet ganhou mais importância do que já tinha para auxiliar no desenvolvimento de todo este processo. Sobre esta questão Castro, Vasconcelos e Alves (2020, p. 03), ressaltam que que:

É relevante destacar que o avanço da internet, de dados móveis, das redes sociais, dos aplicativos de vídeo conferências, e dos celulares tem aberto caminhos para a educação, neste momento singular, apontando caminhos e possibilidades tornando-se grande ferramenta para que os processos educativos aconteçam.

Diante desse contexto podemos afirmar que este momento desafiador que ora vivenciamos é um marco histórico nas discussões e reflexões sobre a educação em todos os níveis, etapas e modalidades. Este pode proporcionar novos debates e reflexões, proporcionando aos professores rever as antigas práticas, no sentido de trabalhar de forma mais crítica, humanizada e acolhedora, ou seja, desenvolver novas alternativas de cuidar, educar e perceber o outro.

4 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O CUIDAR E EDUCAR NOS ESPAÇOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS

Tendo em vista as mudanças em relação aos conceitos de criança e infância em nossa sociedade com passar do tempo, faz-se necessária uma reflexão sobre o cuidar e o educar, uma vez que estes conceitos nem sempre estiveram associados. Estes termos já foram considerados sob óticas diferentes ao ponto de que quem cuidava não sentia a necessidade de também educar (SPADA, 2005). O cuidado estava relacionado apenas ao acolhimento, guarda ou proteção diretamente relacionados as crianças carentes. Esses locais de assistência à criança chamados de creches também já foram nomeados de asilos ou abrigos.

Outro fator importante é que os locais que ofertam a Educação Infantil devem proporcionar as crianças situações em que a aprendizagem aconteça, através de momentos que integrem cuidado, educação e brincadeira já que nesta fase da vida a aquisição de conhecimentos acontece principalmente a partir do lúdico e do uso da imaginação. “A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar” (BRASIL, 1998, p. 27), quer dizer que quando brinca a criança expõe os conhecimentos adquiridos e externa-os através de conceitos enquanto brinca, ou seja, expõe o que aprendeu de forma espontânea.

Sendo assim, as creches e Pré-escolas devem propor atividades de interação e socialização da criança ao novo mundo onde está sendo inserida, estas devem ser direcionadas, intencionais, segundo dispõe o RCNEI:

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil. Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

As primeiras instituições de atendimento a criança pequena surgiram inicialmente na Europa, período em que cuidar e educar eram compreendidos de

formas separadas, quer dizer, o cuidar estava relacionado à creche (que assistia crianças desamparadas, órfãs ou abandonadas e filhos de mães trabalhadoras) e o educar estava relacionado aos jardins de infância (destinado aos filhos das famílias ricas), é importante destacar que a situação econômica que a criança estava inserida era um fator determinante em relação ao local onde seria atendida .

Neste período as atividades desenvolvidas nas creches eram relacionadas ao cuidado físico, à saúde, aos hábitos de higiene e comportamento social, orientações de cuidados sanitários e até mesmo amamentação, já nos jardins de infância, que eram inspirados nas ideias de Froebel, elas eram vistas de forma diferente pois nestes espaços eram valorizados os aspectos físicos, sociais, afetivos e cognitivos a partir de atividades lúdicas e auto expressão (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011).

Segundo Spada (2005) a creche é uma instituição que vem se desenvolvendo no Brasil desde os anos 1970, com o objetivo de atender e amparar os desabrigados porque não figurava na legislação brasileira, até então com a responsabilidade de ofertar educação, ela que tem passado por diversos problemas estruturais os quais contribuíram para que exista um grande preconceito e a caracterizasse como local de assistencialismo, ou seja, vista apenas como local de acolhimento de crianças pobres cujas mães não tinham como cuidar devido ao trabalho.

Em função do desenvolvimento industrial e comercial vivido pelo Brasil e conseqüente inserção feminina no mercado de trabalho, configurou-se uma forte necessidade de criação e manutenção de locais onde as crianças, filhas de operários, pudessem ficar durante o período em que seus pais se dedicavam ao trabalho. Contudo, a omissão do Estado em assumir a responsabilidade pela criação e manutenção das creches fez com que essas instituições sofressem discriminação e, sobretudo, fez com que a creche ficasse durante anos envolta em um nebuloso conceito de assistencialismo, o que impossibilitou a construção de uma identidade bem definida e bem estabelecida não somente para a instituição, mas também para seus funcionários (SPADA, 2005, p.2).

A Educação Infantil passou a integrar a Educação Básica no Brasil desde 1996 com a promulgação da LDB, porém só foi reconhecida como direito no texto da referida Lei em 2013, quando houve a obrigatoriedade de matrículas de todas as crianças de 4 e 5 anos em escolas de Educação Infantil, de acordo com o que dispõe a BNCC, (2018):

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2018, p.36).

Esta é uma etapa importantíssima na vida das crianças porque para muitas é a primeira oportunidade que as separa da convivência e do aconchego da sua família, por este motivo o cuidar e o educar estão diretamente vinculados ao processo educativo, neste sentido a BNCC nos assegura que estes ambientes educacionais devem valorizar as bagagens que cada criança traz, sua cultura familiar e da comunidade onde está inserida de forma que se sinta acolhida e especial, como podemos observar em:

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2018, p.36).

Quer dizer que as creches e pré-escolas devem complementar o que as crianças já aprendem em casa, dialogando com a família, formando uma parceria a fim de compreender as diferenças e a pluralidade que está inserida nela com o objetivo maior de promover o aprendizado.

Segundo o RCNEI (1998) cuidar está diretamente relacionado aos ambientes de instituições infantis, ele faz parte ou deve fazer parte destes espaços porque cuidar também é educar, é propor a integração da criança em vários espaços de conhecimento, significa também ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, quer dizer, a potencializar suas capacidades; é um cuidar da pessoa como um todo: emocional, física e psicologicamente, respeitando as diferenças e as particularidades de cada um e a partir disso auxiliar no desenvolvimento. Já educar significa propor situações de aprendizagens através de brincadeiras de forma que estas possam contribuir com a compreensão e a valorização das diferenças da pessoa e do outro.

A proposta de ensino atual para as crianças é que se deve integrar o cuidar e o educar a criança, não distinguindo ou hierarquizando seus profissionais de acordo com o grupo que estão responsáveis. Pois, como assegura o RCNEI:

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de

qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, 1998, p. 23).

É importante destacar também que quando se cuida de alguém se está contribuindo para seu crescimento social, emocional e educacional já que todos estes contribuem para a formação integral do ser que está em desenvolvimento, porque cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades, ou seja, é ajudar a pessoa a se desenvolver.

É necessário que os espaços destinados à educação de crianças pequenas sejam pensados a partir dos critérios do cuidar e do educar como sendo indissociáveis, quer dizer que um depende do outro para existir, porque segundo os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI, 2006), os objetivos da creche e da pré-escola devem ser as relações educativas baseadas no espaço de convívio coletivo, ou seja, a criança que frequenta esses espaços deve constantemente ser exposta a situações de convivência com o outro, de forma a compreender que todos são diferentes e possuem características próprias. Sobre esta questão, o RCNEI nos assevera que:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

Antigamente não havia esta visão do cuidar e do educar, nas instituições de ensino existiam hierarquizações em relação a quem cuidava de crianças pequenas e dos maiores. A questão atual é que todos devem trabalhar pelo desenvolvimento infantil de forma integrada, cuidando e educando, afim de que eles possam construir sua autonomia.

Portanto, é preciso considerar que as crianças são seres sociais, precisam conviver não só com adultos, mas também com seus pares, porque embora dependam dos adultos elas são capazes de interagir mesmo quando ainda são bebês, e é a partir desta interação no meio onde está inserida que ela começa a construir seus conhecimentos de mundo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES

Os resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica sobre a temática em estudo, fundamentada nas ideias de autores que estudam o assunto, assim como nos documentos oficiais sobre a educação das crianças nos primeiros anos de escolarização, permitem refletir sobre as concepções de criança e infância historicamente construídas, a periodização do atendimento as crianças pequenas no Brasil, a criação de instituições de Proteção e Assistência à Infância no Brasil, o funcionamento das creches e sobre o cuidar e educar as crianças, entre outras.

De acordo com o material consultado foi possível constatar que ocorreram ao longo do processo histórico algumas mudanças em relação aos conceitos de criança e infância. Sobre esta perspectiva podemos observar nas argumentações de Ariés (1981) que, a falta do sentimento de infância não significava a ausência de cuidados ou desprezo, mas sim que a sociedade da época não compreendia a infância como a percebemos hoje. Ainda sobre esta questão, Kramer (2006) e alguns documentos oficiais nos asseguram que a concepção de infância tem mudado ao longo da história e de acordo com o contexto social.

Ainda é possível destacar as observações de Kramer (2006) e Amorim (2011), de que somente a partir do século XVI ocorreram mudanças em relação a tais concepções, com o início das transformações produzidas com o início do processo de industrialização.

Concordamos ainda com Kramer (2006) quando sustenta que a forma de olhar para a criança e a infância é determinada pela história e pelas sociedades, e que de acordo com as mudanças que ocorrem os conceitos e as formas de ver o outro também vão mudando. Outra questão é que esse modelo de sociedade a que nos referimos anteriormente não pode ser aplicado ao Brasil, tendo em vista a diversidade de formação e as variadas culturas que deram origem ao povo brasileiro.

A periodização sugerida por Kramer (2006) sobre a gênese da Educação Infantil no Brasil permite compreender os principais fatos relacionados ao ensino brasileiro. O primeiro período destaca que a função da Educação aplicada pelos jesuítas, que era religiosa e colonizadora, tendo em vista atender aos interesses de Portugal e da Igreja Católica na conversão de novos fiéis. Vale salientar que tal fato tinha a função de “libertar” os nativos de sua cultura. Ainda neste período reforçamos que devido a exploração sexual das mulheres escravas, ocorria o abandono dos

recém-nascidos nas Rodas dos Expostos, enquanto os adolescentes eram enviados para a escola de Aprendizes Marinheiros.

Somente a partir do segundo período foi que médicos e pessoas de posses despertaram para o cuidado com as crianças devido à grande mortalidade infantil que assolava o Brasil, porém este cuidado estava voltado apenas para as questões relacionadas a saúde.

Luna (2015) também destaca que com o início da industrialização no Brasil e as mudanças na sociedade, começou a existir uma maior preocupação com a necessidade de educar, no entanto tais ações voltadas para o cuidado e a assistência à criança só tiveram início com a Proclamação da República.

Com a criação do Instituto de Proteção a Assistência a Infância surgiram novas ideias e novos olhares para a questão da infância, a qual passou a ser discutida em congressos e eventos, dando início ao terceiro período que ainda vivenciamos.

Conforme nos aponta Nunes, Corsino e Didonet (2011), a criação do referido Instituto foi um marco nas discussões sobre a Educação Infantil no Brasil, uma vez que propôs uma nova visão a respeito da infância, cuja ideia agora era o cuidado integral da pessoa. A partir de tal evento, surgiram diversos movimentos relacionados a infância e ao atendimento da criança pobre.

Em relação a educação das crianças Kishimoto (1998), Kramer (2006) e Luna (2015) destacam que não existia uma preocupação governamental com essa questão, pois o atendimento era realizado de forma isolada, em localidades específicas por médicos ou associações. Contudo, depois da criação do referido Instituto de Proteção à Infância surgiram diversos espaços com esta finalidade, como os primeiros jardins de infância, a extinção da Roda dos Expostos e a criação de leis que reconhecessem os direitos das crianças.

É possível observar nos argumentos de Spada (2005), que só a partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação, tornou-se possível a institucionalização da educação das crianças no Brasil. Entre 1938 e 1940 foi instituído o Departamento Nacional da Criança (DNCr), pelo Governo Federal, nesta época as crianças passaram a ser vistas como partes da nação, “necessárias” à pátria. Concordamos com Kramer (2006), quando argumenta que nesta década foram criadas várias instituições públicas e privadas de atendimento a criança, mas que apesar disso o Estado detinha e centralizava o poder sobre elas.

Nunes, Corsino e Didonet (2011) destacam que as ações do DNCr avançaram na década de 1950 com a publicação de obras com orientações de como trabalhar nas creches e ainda um plano de Assistência Pré-escolar para crianças de até 2 anos, como parte dos avanços nas discussões sobre o assunto. Entretanto, como não estavam definidas as responsabilidades institucionais relacionadas as crianças, organizou-se o movimento “Luta por Creches” em que a população mais carente reivindicava o serviço lutando por vagas para os filhos.

As lutas e discussões relacionadas a educação das crianças se intensificaram dando origem a leis e documentos oficiais que institucionalizaram o atendimento das crianças de até 5 anos, tais como: a promulgação da nova Constituição de 1988 que assegura o atendimento as crianças de 0 a 6 anos de idade como um direito, obrigando o Estado a garanti-lo; a elaboração do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) em 1990, reforçando a proteção integral das crianças e dos adolescentes; a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996; a criação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI) em 2006; e em 2015 foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular(BNCC), com parte da legislação que auxilia e garante os direitos infantis.

Cabe lembrar também a criação do PNE em 2014, com execução prevista em um período de 10 anos, o qual trata de questões muito importantes e desafiadoras relacionadas a educação, como por exemplo a oferta de vagas para todas as crianças de 4 e 5 anos do país. Este é um grande desafio tendo em vista os diversos problemas que existem nas escolas, além da questão da valorização dos profissionais da educação.

Sobre o Cuidar e o Educar observamos que ocorreram mudanças na associação desses conceitos, pois como observa Spada (2005), tais termos já foram empregados de forma diferente, onde quem cuidava não educava, apenas dava assistência. Por isso, reforçamos que os espaços destinados à Educação Infantil devem propor situações de aprendizagens, em que as crianças se sintam envolvidas e com desejo de aprender.

Portanto, as análises sobre esta temática demonstram que ainda há muito a ser estudado, discutido e realizado para que o atendimento ao direito a educação de qualidade das crianças brasileiras seja plenamente atendido, em especial no que se refere aos primeiros anos de escolarização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola enquanto ambiente de múltiplas culturas deve ser considerada também como espaço de acolhimento que desempenha um papel fundamental na vida das pessoas, uma vez que ao proporcionar acesso ao conhecimento científico pode trazer novas oportunidades e melhorias de vida. Por isso, torna-se importante estudar sobre o processo de escolarização das crianças, tendo em vista que este é um tema gerador de muitas discussões acadêmicas.

A pesquisa teve como propósito conhecer os principais desafios enfrentados no desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de escolarização, abordando diversas questões que nos remetem aos primórdios da Educação Infantil no Brasil, sua institucionalização e a importância do cuidar e educar como processo indissociáveis.

O estudo foi realizado por meio de uma revisão de literatura que permitiu responder, a partir das obras analisadas, a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os principais desafios enfrentados para garantir o direito ao cuidado e a educação das crianças nos espaços destinados aos primeiros anos de escolarização?

Quanto ao primeiro objetivo específico, que era identificar as diferentes concepções de criança e de infância construídas ao longo do processo histórico, foi possível constatar, que esses termos mudaram com o passar do tempo e nem sempre foram empregados com o sentido que conhecemos atualmente, pois tais conceitos passaram a ser compreendidos de acordo com a sociedade e o contexto social em que as crianças estavam inseridas.

Já o segundo objetivo específico, buscava observar a garantia do direito a educação das crianças no âmbito da legislação brasileira. A partir das análises das ideias dos autores, constatamos que a institucionalização da Educação Infantil foi formalizada com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, mas que a efetivação do direito a educação das crianças só foi garantido no texto da Constituição Federal de 1988, que as reconhecem como cidadãs, principalmente no Art. 227 da referida legislação, sendo posteriormente tornada primeira etapa da Educação Básica na LDB/1996.

O terceiro objetivo específico tinha como foco compreender o cuidar e educar como processos indissociáveis nos espaços destinados à educação das crianças.

Após as leituras desenvolvidas foi possível constatar que o cuidar e o educar nem sempre estiveram associados em relação a educação, pois quem educava não se preocupava em educar, voltando-se a atenção apenas para a assistência e o cuidado relativo a saúde.

Além disso, foi possível observar o Estado brasileiro muitas vezes não tinha interesse pela educação das crianças pequenas, e em alguns momentos repassava suas responsabilidades para outros órgãos. Tal fato é preocupante considerando que cuidar e educar requer uma ação pedagógica permeada por uma visão integrada do desenvolvimento da criança, alicerçada em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade que caracterizam à infância.

Por isso, o estudo realizado sobre o tema buscou contribuir com a construção de novas aprendizagens a respeito dos desafios enfrentados na escolarização de crianças pequenas no Brasil, bem como subsidiar os profissionais que trabalham nesta etapa da educação, incentivando a realização de outras reflexões que contribuam para o reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança exige a mediação desses profissionais como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade, a autonomia e a cooperação que são tão importantes para a formação do ser social e exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luísa Nogueira de. **Sobre educar na creche: é possível pensarem currículo para crianças de 0 a 3 anos?** João Pessoa: UFPB, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4727>. Acesso em: 14 out. 2020.

ANJOS, Daiane Lisboa dos; SILVA, Roseane Alves da. **O lúdico na pré-escola: aprendizagem através do brincar.** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1278/1/DLA26092016.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

ARIÉS, Phillipe. **História social da infância e da família.** Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. ECA - **Estatuto da Criança e do adolescente. Lei 8069/90.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf Acesso em: 09/09/2021.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, [1996]. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – Brasília. DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparquavol1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 01/10/2021.

CASTRO, M. A. de; VASCONCELOS, J. G.; ALVES, M. M. Estamos em casal: Narrativas do cotidiano remoto da educação infantil em tempo de pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1–17, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i1.3716. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3716>. Acesso em: 7 dez. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados>. Acesso em: 28 out. 2021.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **À pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Orsa, 2011. 102 p.

LUNA, Fabiana Gomes de. **A educação infantil no município de Santa Rita/PB: uma análise sobre as práticas curriculares na pré-escola** – João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2056>. Acesso em: 16 out. 2020.

PONTES, Thaisa Domingos de. **Educação Infantil como um campo de atuação do Psicopedagogo: a rotina do berçário e seus desdobramentos**. - João Pessoa: UFPB, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1871>. Acesso em: 13 set.2020.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

SPADA, Ana Corina Machado. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. **Revista científica eletrônica de pedagogia**, [s. l.], n. 5, p. 1-7, Jan. 2005. Disponível em: http://www.fae.f.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxQCLnBR_Lr_2013-6-28-12-6-20.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.